RGe ISSN: 2177-3246

A INCLUSÃO COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU EM PORTUGAL

INCLUSION AS A SOCIAL RESPONSIBILITY: THE ACCESSIBILITY CENTERS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF RIO DE JANEIRO AND THE POLYTECHNIC INSTITUTE OF VISEU IN PORTUGAL

LA INCLUSIÓN COMO RESPONSABILIDAD SOCIAL: LOS CENTROS DE ACCESIBILIDAD DEL INSTITUTO FEDERAL DE RÍO DE JANEIRO Y DEL INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU EN PORTUGAL

10.56238/revgeov17n6-049

Kátia Arruda Dias
Doutora em Ciências, Tecnologias e Inclusão
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: katia.dias@ifrj.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2744-4803
Lattes: 1098235404472333

Thiago Corrêa Lacerda
Doutor em Física
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: thiago.lacerda@ifrj.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2935-3657
Lattes: 1517214457641552

Vanessa do Carmo Correia
Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: vanessacorreia@id.uff.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9864-3925
Lattes: 1704453043325313

RESUMO
Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado que teve o objetivo de analisar as políticas na área de Responsabilidade Social encontradas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e no Instituto Politécnico de Viseu (IPV), sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas. Neste trabalho, os Núcleos de Acessibilidade são apresentados evidenciando a Responsabilidade Social e os avanços legais e normativos para o acesso à educação das Pessoas com Deficiência (PcD)s e com necessidades específicas. Este estudo encontra-se no âmbito das pesquisas com abordagens qualitativa e quantitativa, e utiliza a pesquisa participante empregando como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, a análise de acervo documental e entrevistas. Os resultados da pesquisa mostraram que os gestores do IPV praticam a

inclusão como Responsabilidade Social e enfatizam a importância da consolidação de uma cultura inclusiva por meio de ações e projetos. Os núcleos de acessibilidade, apesar das dificuldades, têm demonstrado compromisso com a inclusão. Outros aspectos ressaltados incluem a necessidade urgente de mudanças nas atitudes da gestão para que a inclusão seja verdadeiramente efetiva. Esperamos que a problematização levantada por esta pesquisa contribua para a propagação da cultura de inclusão e dos direitos humanos, gerando um diálogo contínuo e produtivo para promover a inclusão como Responsabilidade Social.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Instituto Federal do Rio de Janeiro. Instituto Politécnico de Viseu. Núcleos de Acessibilidade. Inclusão.

ABSTRACT

This work is an excerpt from a doctoral thesis that aimed to analyze the policies in the area of Social Responsibility found in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ) and the Polytechnic Institute of Viseu (IPV), regarding the inclusion of students with disabilities and specific needs. In this work, the Accessibility Centers are presented, highlighting Social Responsibility and the legal and normative advances for access to education for People with Disabilities (PwDs) and with specific needs. This study is within the scope of research with qualitative and quantitative approaches, and uses participatory research employing bibliographic research, analysis of documentary collections, and interviews as data collection instruments. The research results showed that IPV managers practice inclusion as Social Responsibility and emphasize the importance of consolidating an inclusive culture through actions and projects. The accessibility centers, despite the difficulties, have demonstrated a commitment to inclusion. Other aspects highlighted include the urgent need for changes in management attitudes so that inclusion is truly effective. We hope that the issues raised by this research will contribute to the spread of a culture of inclusion and human rights, generating a continuous and productive dialogue to promote inclusion as a Social Responsibility.

Keywords: Social Responsibility. Federal Institute of Rio de Janeiro. Polytechnic Institute of Viseu. Accessibility Centers. Inclusion.

RESUMEN

Este trabajo es un extracto de una tesis doctoral que tuvo como objetivo analizar las políticas en el área de Responsabilidad Social del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Río de Janeiro (IFRJ) y del Instituto Politécnico de Viseu (IPV), en relación con la inclusión de estudiantes con discapacidades y necesidades específicas. En este trabajo, se presentan los Centros de Accesibilidad, resaltando la Responsabilidad Social y los avances legales y normativos para el acceso a la educación de las personas con discapacidades y necesidades específicas. Este estudio se enmarca dentro de la investigación con enfoques cualitativos y cuantitativos, y utiliza la investigación participativa empleando investigación bibliográfica, análisis de colecciones documentales y entrevistas como instrumentos de recolección de datos. Los resultados de la investigación mostraron que los directivos del IPV practican la inclusión como Responsabilidad Social y enfatizan la importancia de consolidar una cultura inclusiva a través de acciones y proyectos. Los centros de accesibilidad, a pesar de las dificultades, han demostrado un compromiso con la inclusión. Otros aspectos resaltados incluyen la necesidad urgente de cambios en las actitudes de la dirección para que la inclusión sea verdaderamente efectiva. Esperamos que los temas planteados por esta investigación contribuyan a la difusión de una cultura de inclusión y derechos humanos, generando un diálogo continuo y productivo para promover la inclusión como Responsabilidad Social.

Palabras clave: Responsabilidad Social. Instituto Federal de Río de Janeiro. Instituto Politécnico de Viseu. Centros de Accesibilidad, Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado[1] que teve o objetivo de analisar as políticas na área de Responsabilidade Social encontradas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e no Instituto Politécnico de Viseu (IPV) sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas. Um dos objetivos específicos da pesquisa foi investigar as políticas na área de Responsabilidade Social encontradas no IFRJ e no IPV, sobre a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas.

Apresenta-se um panorama do IFRJ e do IPV, algumas ações e projetos dos seus Núcleos de Acessibilidade e, além disso, analisamos documentos normativos e orientadores desses núcleos. Nos documentos do IFRJ, analisamos a Política de Educação Especial Inclusiva (PEEI), aprovada em junho de 2023, o único documento normativo interno que rege a Educação Especial no IFRJ, esperada há muito tempo pela comunidade, podemos dizer, que, nos últimos anos, se trata de uma das principais aspirações dos Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs).

Para a análise reflexiva sobre a inclusão como Responsabilidade Social, utilizamos alguns trabalhos coletados no levantamento bibliográfico da pesquisa, como: Félix (2003), Almeida (2010), Leal *et al.* (2011), Lima (2002), entre outros. Além disso, nos fundamentamos no "Livro verde sobre Responsabilidade Social.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, por meio da pesquisa participante e da triangulação de metodologias. A triangulação baseia-se em dois pilares principais: levantamento bibliográfico, análise documental e avaliação detalhada do material que fundamenta a base teórica da pesquisa. Esses elementos abrangem temas como a Educação Especial e a Educação Profissional no Brasil e em Portugal, além de instituições como o IFRJ e o IPV. Complementarmente, a análise de dados obtidos pelo e-SIC consolida essa etapa inicial. No segundo pilar da triangulação, destacam-se as análises das entrevistas realizadas no IPV, que oferecem uma perspectiva qualitativa essencial.

A pesquisa tem o potencial de despertar nos leitores uma reflexão profunda sobre a importante conexão entre a Educação Especial e a Responsabilidade Social. Isso pode ampliar a visibilidade das ações realizadas pelos Núcleos de Acessibilidade, tanto no IFRJ quanto no IPV e nas diversas instituições de ensino, incluindo os quase setecentos Institutos Federais em todo o Brasil, e os diversos Institutos Politécnicos espalhados de norte ao sul em Portugal. Ao destacar essa relação, espera-se que

[1] DIAS, Kátia Arruda. *O Ensino Politécnico no Brasil e em Portugal:* Uma Análise sobre a Responsabilidade Social com a Educação Especial no IFRJ e no IPV. 2025. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) - Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

o trabalho contribua para uma maior valorização e reconhecimento das iniciativas de inclusão e acessibilidade, promovendo um olhar mais atento sobre o impacto social e educacional dessas ações.

2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO E O INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Faremos uma breve contextualização histórica das Instituições pesquisadas, o IFRJ e o IPV, cenário e *lócus* do estudo, baseada em conteúdos disponíveis no site oficial do IFRJ[2] e do IPV[3].

O IFRJ teve sua origem com a criação do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), na década de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, em um momento em que a área de química industrial era vista como estratégica para o Brasil. Em 1999 tornou-se o CEFETQ e, em 2001, o CEFETQ passou a oferecer cursos de graduação e pós-graduação, além dos cursos do Ensino Médio e Técnico. Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), o CEFETQ foi transformado em IFRJ.

A estrutura organizacional dos Institutos Federais (IFs) é definida pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e cria os IFs. Os IFs dispõem de estrutura organizacional, diferentemente das escolas de educação básica, que lhes permite serem comparados às Universidades Federais.

O IFRJ é uma Instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e multicampi, especializado na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com atuação na pesquisa, na inovação e na extensão, goza de autonomia universitária. O IFRJ atua em diferentes níveis e modalidades de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), desde a Educação Profissional, com cursos de extensão, oferecendo formação na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando por cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) no nível Fundamental, Ensino Nível Médio (técnicos que podem ser cursados de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), Curso Superior de Tecnologia, Bacharelado, Licenciatura, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu.

O IFRJ conta atualmente com 15 *campus* instalados no estado do Rio de Janeiro, são eles: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Volta Redonda e a Reitoria. Segundo o portal da Instituição, o IFRJ foi contemplado com três novos *campi*: Parque Olímpico, Teresópolis e Complexo do Alemão.

Em Portugal, a rede pública de Ensino Superior Politécnico é composta por 15 Institutos Politécnicos. Segundo o Relatório (ORSIES, 2023), o IPV foi criado em 1979 e disponibiliza uma oferta formativa, distribuída pelas cinco escolas que integra atualmente, a de CTeSP, licenciaturas,

[2] Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/institucional/historia-ifrj
[3] Disponível em: https://ipv.pt/

mestrados e pós-graduações nas áreas das ciências agrárias, alimentares e veterinárias, educação, artes, comunicação, desporto, tecnologia, gestão e saúde.

A Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV) foi a primeira Unidade Orgânica de um politécnico a entrar em funcionamento em Portugal. A sua oferta formativa situa-se na área da formação de professores, sua matriz fundadora (desde 1983), mas também nas áreas de educação e intervenção social, comunicação, artes, desporto e atividade física.

O IPV possui além da ESEV, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu (ESTGV), criada em 1985, que disponibiliza na sua oferta formativa cursos de licenciatura, de mestrado e de técnicos superiores profissionais, nas áreas da engenharia, tecnologia e gestão, marketing e turismo. A Escola Superior Agrária de Viseu (ESAV) foi criada em 1994, formando estudantes nas áreas de agronomia, produção animal, engenharia alimentar, biotecnologia e enfermagem veterinária, atividade que se tem revelado como um contributo extremamente importante para o desenvolvimento da economia regional.

Criada em 1999, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), com sua área de abrangência que é o turismo, gestão, contabilidade, administração, informática, telecomunicações e serviço social. A Escola Superior de Saúde de Viseu (ESSV) criada em 1971, tem como missão a criação e a difusão de conhecimento nas áreas ministradas, contribuindo, através dos meios que lhe são próprios, para a promoção e desenvolvimento do nível de saúde das populações.

Dessa maneira, o IPV assume a sua vocação na formação científica, cultural, artística e técnica de profissionais qualificados, numa articulação entre prestação de serviços à comunidade, investigação e fortalecimento de redes de parceria com entidades regionais, nacionais e internacionais para desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum.

3 O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DO IPV

Entre as atividades desenvolvidas no núcleo de acessibilidade do IPV, salientamos o apoio e acompanhamento de Estudantes com Necessidades Educativas Específicas (ENEE) e ações de sensibilização e informação para estudantes. O IPV tem parcerias ativas com instituições de apoio à deficiência e incapacidade, envolvido em projetos de investigação (IncluiES+) e de intervenção (promoção de empregabilidade) com entidades parceiras. Salienta-se, também, o projeto Pares-a-par para a inclusão, que tem como objetivo mobilizar o apoio informal de pares.

O Relatório Responsabilidade e Inovação Social (RIS) do IPV, de 2023, no que diz respeito ao NAPNE do IPV, destina-se a promover equidade e inclusão de ENEE, no Ensino Superior, para isso desenvolve para o Apoio a Estudantes com Deficiências, assumindo-se como uma Instituição de Ensino Superior pública acolhedora e inclusiva.

Além disso, avalia e acompanha ENEE nos processos de ensino e aprendizagem e de transição (avaliações psicopedagógicas e elaboração de pareceres, apoio socioeducativo, elaboração de documentos orientadores e materiais específicos de apoio), promove seminários sobre inclusão e ações de (in)formação/sensibilização sobre tipologia de dificuldades e necessidades específicas, dinamiza projetos de intervenção e investigação sobre inclusão no ES e tem procurado estabelecer e alargar a rede de protocolos de colaboração e parcerias com entidades parceiras de apoio a pessoas com deficiência e incapacidade.

Segundo o Relatório (ORSIES, 2023, p.112), o NAI-ENEE do IPV destina suas ações e tem como referenciais a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, que reforçam o direito inalienável dos estudantes a um sistema de ensino inclusivo, em particular os que apresentam necessidades específicas.

O NAI-ENEE do IPV, está direcionado para as questões de equidade e inclusão de ENEE, no Ensino Superior, e tem por objetivos: (i) Contribuir para a definição e implementação de políticas e práticas de inclusão de ENEE no IPV, em particular, na transição e apoio à autodeterminação dos estudantes; (ii) Potenciar a inclusão de ENEE no IPV, através de processos de avaliação-intervenção, com proposta de medidas de suporte à aprendizagem previstas em estatutos e regulamentos específicos; (iii) Promover ações de (in)formação e sensibilização sobre diversidade e tipologia de dificuldades específicas, destinadas à comunidade acadêmica, promovendo uma cultura de equidade e inclusão no IPV; (iv) Potenciar o desenvolvimento de competências pessoais e de empregabilidade de ENEE, promovendo processos de transição profissional, em colaboração com entidades parceiras; (v) Promover, em colaboração com os serviços competentes, a acessibilidade a edifícios e sistemas de informação e de aprendizagem, bem como nos portais institucionais do IPV; (vi) Criar sinergias com entidades de suporte à deficiência e incapacidade e instituições de ES, em projetos nacionais ou internacionais, que visem a investigação e o desenvolvimento de boas práticas de inclusão de ENEE.

As medidas utilizadas para alcançar os objetivos segundo o RIS do IPV são: (i) Avaliação e acompanhamento de ENEE nos processos de ensino e aprendizagem e de transição (avaliação psicopedagógica e elaboração de respectivos pareceres; apoio socioeducativo); (ii) Elaboração de documentos orientadores e materiais específicos de apoio a ENEE; (iii) Proposta de seminários sobre inclusão de ENEE e ações de (in)formação e sensibilização sobre tipologia de dificuldades e necessidades específicas; (iv) Estabelecimento de protocolos de colaboração e parcerias com entidades parceiras de apoio a pessoas com deficiência e incapacidade (ações de sensibilização e formação); (v) Projetos de intervenção e investigação sobre inclusão no Ensino Superior.

As iniciativas para acompanhamento dos estudantes estão nas atividades de avaliação, acompanhamento e apoio psicopedagógico dos ENEE. Em 2022/2023 sob coordenação e acompanhamento do NAI-ENEE, com o apoio dos serviços do Gabinete de Apoio e Promoção à

Inclusão (GAPI), da Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV), foram identificados 70 estudantes com Necessidades Educativas Específicas, sendo desses 40 na ESEV.

Segundo dados da Coordenação do NAI-ENEE, a necessidade específica mais expressiva nos ENEE do IPV é a Perturbação de Aprendizagem Específica (Dislexia, disortografia) com 34,3%, seguindo-se a doença crônica com 21,4%, a Perturbação do Espectro do Autismo (PEA), dificuldades cognitivas, Deficiência/incapacidade auditiva/surdez (8,6%), outra condição (5,7%) e Deficiência/incapacidade motora, Perturbação de Hiperatividade com Déficit de Atenção, Deficiência/incapacidade visual/cegueira (4,3%).

O acompanhamento traduz-se em atendimentos de, no mínimo, 4 sessões por estudante, bem como sessões adicionais para se proceder à acompanhamentos semanais ou pontuais, de forma presencial e não presencial.

4 O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO IFRJ

O NAPNE foi criado a partir do Programa/Ação TEC NEP, em 2000. Segundo o Programa, cada Instituição da Rede Federal, conforme suas normativas e resoluções, deveriam implantar o NAPNE em seus *campis,* com o objetivo de instrumentalizar a Rede de Educação Profissional, para ampliar a acessibilidade das pessoas público da Educação Especial (Dias, 2025).

Em 2011, foi anunciada a finalização do Programa TEC NEP, ficando os IFs destituídos de uma efetiva proposta de ações inclusivas na RFEPCT. Dessa forma, uma lacuna se abriu, aguardando um Programa substitutivo, o que não ocorreu, quando concluímos que, desde 2011, estamos sem um norteador para a inclusão na Rede, mas os NAPNEs continuaram, e continuam, com a possibilidade de inclusão dos seus estudantes com deficiência e necessidades específicas, pois, o NAPNE continua representando a única ação no âmbito do IFRJ, voltada ao público da Educação Especial nos *campi* (Dias, 2025).

Mesmo com tudo isso, o NAPNE segue com a proposta da PNEEPEI, que tem como objetivo orientar as práticas pedagógicas e assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na rede regular de ensino (Brasil, 2008d). Assim, no IFRJ em 2014, foi criado o Regulamento do NAPNE, que segue até os dias atuais sem reformulações.

Quando o assunto é o público que o NAPNE deve atender, sempre ocorrem discussões profundas, pois, como estamos tratando da inclusão, não podemos excluir, mas devemos pensar na estrutura dos núcleos, sua limitação de funcionamento e atendimento.

Após muitas discussões no Fórum dos NAPNEs do IFRJ, sobre o aumento expressivo no número de estudantes para atendimento nos núcleos, e com a conclusão do trabalho elaborado pelo

Grupo de Trabalho (GT) criado em 2021, para elaboração de uma Política de Inclusão, em junho de 2023, foi aprovada a Política de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Resolução ConSup/IFRJ nº 125 (IFRJ, 2023), que vinha sendo esperada há muito tempo pela comunidade do IFRJ, e trouxe uma profunda mudança documental no que se refere ao público a ser atendido nos núcleos.

Na avaliação de Dias (2025), as discussões preliminares do GT, verificou-se a necessidade da ampliação do público da Educação Especial, devido ao fato de a maioria dos estudantes atendidos pelos NAPNEs dos *campi,* não se enquadrarem no público-alvo da Educação Especial, segundo a legislação em vigor, tendo sua maioria "necessidades específicas" e não "deficiência".

É importante lembrar que tal mudança pode ter relação com o fato do IFRJ, desde sua criação em 2008, até a implementação do documento da PEEI (2023), não ter referências em seus documentos norteadores internos aos alunos público da Educação Especial, e tampouco faz menção às expressões "público da Educação Especial" ou "Educação Especial", nem mesmo no Regulamento do NAPNE (IFRJ, 2014), mesmo sendo a Educação Especial, uma modalidade de ensino, como conceitua a PNEEPEI (Brasil, 2008, p.15): "(...) Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades".

A importante mudança, no que diz respeito ao público da Educação Especial na PEEI, foi crucial ao desenvolvimento do trabalho realizado pelos NAPNEs do IFRJ, principalmente aos alunos com "necessidades específicas" ficarem de fora da conceituação do público-alvo da Educação Especial e, cabe frisar que a PEEI do IFRJ ampliou o público da Educação Especial para atendimento e apoio nos núcleos, como podemos verificar em seu primeiro artigo:

> No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), considera-se público-alvo das Políticas de Educação Especial Inclusiva os estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação e/ou outras necessidades específicas relacionadas a transtornos e distúrbios de aprendizagem (IFRJ, 2023, p.3).

No mesmo artigo, parágrafo quarto, o documento traz uma definição bem mais ampla de "necessidades específicas" que vem ao encontro com a LBI (Brasil, 2015): "[...] aquela relacionada a alguma necessidade física, emocional, cognitiva e/ou mental característica de alguma deficiência e/ou transtorno ou distúrbio de aprendizagem, de caráter provisório e/ou permanente" (IFRJ, 2023, p.3).

Parece oportuno dizer que em função da ampliação do público da Educação Especial apresentado no PEEI, os NAPNEs utilizam, para atendimento de seus estudantes, o termo "necessidades específicas", expandindo, assim, o público. Entendemos que uma educação inclusiva precisa abarcar e não ser excludente com os grupos que apresentem necessidades reais e que necessitem da modalização para que a aprendizagem ocorra.

Podemos afirmar que, quanto ao público da Educação Especial, a PEEI do IFRJ, está afinada com os marcos históricos e normativos e com as políticas de inclusão pactuadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), da LDB (Brasil, 1996), da PNEEPEI (Brasil, 2008), da LBI (Brasil, 2015), do Decreto nº 6.571/2008 (Brasil, 2008), do Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011), do Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), da Declaração Mundial de Educação para Todos (Brasil, 1990), da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e da PNEE (Brasil, 1994).

Diante dessas considerações, a PEEI do IFRJ, passa a ser o ato normativo mais importante para a inclusão, amparando a Educação Especial no IFRJ. Tais abordagens podem vir a orientar os NAPNEs ao desenvolvimento e à consolidação de um trabalho conjunto, visando às melhorias nas condições de acesso, permanência e êxito dos discentes público da Educação Especial do IFRJ e ao desenvolvimento de formação continuada aos servidores nos *campi* para esse fim.

Esses e outros diagnósticos sobre a inclusão como Política Pública no IFRJ são resultados das pesquisas realizadas no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense, por Dias, Fernandes e Salgado[4] (2020), e o artigo a Política de Educação Especial inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro: uma análise na perspectiva dos direitos humanos[5], por Dias, Lacerda, Salgado e Correia (2024).

5 A INCLUSÃO COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social vem se constituindo tema de interesse de pesquisa e sendo estudado em diferentes áreas do conhecimento, sob diversas abordagens. Além disso, a Responsabilidade Social tem sido alvo de intenso e controverso debate para a construção do seu conceito, para além das áreas comumente estudadas como a Responsabilidade Social corporativa, Responsabilidade Social empresarial, Responsabilidade Social socioambiental e Responsabilidade Social individual (Dias, 2025).

Após análise do levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, concluímos que o assunto da Responsabilidade Social vem se desenvolvendo mais acentuadamente no âmbito organizacional e ocupando-se dos mais variados objetivos, articulados e associados à diversos enfoques, como: liderança, governança, políticas públicas, desempenho social e corporativo, teoria dos *stakeholders*, marketing, gestão estratégica, responsabilidade legal e valores.

Além disso, ficou evidenciado que o tema Responsabilidade Social vem alcançando notável destaque em publicações científicas em nível nacional e internacional sob diversos olhares e que, apesar de antigo, ainda é recente e em desenvolvimento, com diversidade teórica e múltiplas

[4]https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/30343/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf?sequence=1&isAllowed=y
[5] https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/6606

interpretações, apontando para diferentes direções do conhecimento, emergindo dele vários aspectos multidisciplinares, porém sem um consenso conceitual.

Diante disso, encontramos definições variadas e uma diversidade de enfoques sobre Responsabilidade Social, sem encontrar um entendimento e uma definição que seja amplamente aceita. Dessa maneira, pelos enfoques encontrados, parecem encerrar uma ideia de prática social voluntária por parte das empresas privadas. Prática essa, operacionalizada de maneiras diferentes e com vista a beneficiar públicos variados.

Fundamentado nesses dados, apresentaremos neste trabalho alguns conceitos de Responsabilidade Social, encontrados no levantamento bibliográfico. Porém, neste artigo, nos fundamentaremos no conceito de Responsabilidade Social vinculado ao Livro Verde[6] do ORSIES, que é uma rede colaborativa de Instituições de Ensino Superior (IES), que fomenta a dimensão social das IES e promove a partilha de experiências e boas práticas sobre as políticas e práticas de Responsabilidade Social.

A ideia de Responsabilidade Social avançou junto com as transformações sociais, políticas e econômicas que aconteceram na sociedade ao longo do século XX. Até por volta dos anos 50, a Responsabilidade Social era vista nas empresas quando apoiavam causas sociais e praticavam doações (Almeida, 2010). O tema ganhou maior visibilidade a partir da década de 50, sendo considerada por Bowen (1953 *apud* Almeida, 2010), como a era moderna da responsabilidade social.

A partir da década de 80 até a atualidade, segundo o mesmo autor: "o conceito de desenvolvimento sustentável passa a integrar o discurso sobre Responsabilidade Social e a teoria dos *stakebolders*[7] alarga o quadro de responsabilidades da empresa em todos os grupos que afetam ou são afetados pela ação empresarial" (Almeida, 2010, p.58). A responsabilização social é atribuída à empresa, enquanto entidade moral e ética e não ao indivíduo que toma as decisões por ela.

Dessa forma, a relação entre a ética e a Responsabilidade Social é recente, apesar de sua rápida evolução. Para Bowen (1957), a Responsabilidade Social está, desde a sua origem, relacionada a movimentos cristãos, tendo em conta a estreita relação desses últimos com a ética e a moral. Assim, não deve levar em conta unicamente os seus próprios interesses, mas se preocupar com os seus trabalhadores, seus clientes e a comunidade.

Seguindo nessa linha de pensamento, a Responsabilidade Social é uma forma de gestão baseada numa relação ética e transparente, preocupadas em alcançar o desenvolvimento sustentável da sociedade, respeitando a diversidade e contribuindo para diminuir as desigualdades sociais, de forma

[6] A Comissão Europeia, em 2001, com o objetivo de "lançar um amplo debate e obter pontos de vista sobre a responsabilidade social das empresas a nível nacional, europeu e internacional" (Comissão Europeia, 2001, p. 7) publicou um Livro Verde "Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas".
[7] *Stakeholders* significa público estratégico e descreve todas as pessoas ou "grupo de interesse" que são impactados pelas ações de um empreendimento, projeto, empresa ou negócio.

a promover qualidade de vida aos seres humanos (Leal *et al.*, 2011). O Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias nos propõe uma ideia de Responsabilidade Social que vai em direção ao conceito supracitado, assumindo que as instituições devem contribuir para uma sociedade melhor, mais equitativa, com um meio ambiente mais limpo, compreendendo o bem de todos através de comportamentos que respeitem os valores de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Na atualidade, a Responsabilidade Social se converteu num dos maiores desafios da globalização. No entendimento de *Thiry-Cherques* (2003 *apud* Almeida, 2010), atualmente, a Responsabilidade Social de cada indivíduo, estende-se a toda humanidade, presente e futura.

Na contemporaneidade, a Responsabilidade Social deve ser parte integrante da gestão através de um comportamento transparente e ético da instituição, em que os objetivos se tornam compatíveis com um desenvolvimento sustentável e impulsionador na diminuição das desigualdades sociais (Almeida, 2010).

O Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias traz, no conceito de responsabilidade social, a construção de uma sociedade mais justa e transformadora, e pra isso, deverá estar implícita numa base voluntária. Quando assumem uma postura proativa, as repercussões sentidas traduzem-se num balanço social positivo incentivando comportamentos responsáveis (Almeida, 2010).

Para provocar reflexões contundentes acerca da Responsabilidade Social, tanto as Instituições quanto os cidadãos têm um papel muito relevante na contribuição para a melhoria das condições da sociedade, através do desenvolvimento da Responsabilidade Social, quer seja no nível das práticas, no nível da reflexão, da formação e da educação de valores dos cidadãos ou na investigação sobre o tema.

Como visto, as abordagens de Responsabilidade Social são dinâmicas com uma visão sistêmica e multidisciplinar. A definição de Responsabilidade Social passou por abordagens com vieses que alinham vários interesses, desde a preservação do valor econômico, bem como o da coletividade.

As ações de Responsabilidade Social são atitudes que tornam a sociedade mais digna, comumente aplicadas no setor empresarial, mas devendo e podendo ser aplicadas, principalmente, por pessoas físicas e por empresas nos mais diversos ramos e tipos. De acordo com a Fundação Abrinq:

> A responsabilidade social é o modo de pensar e agir de forma ética nas relações. Apesar de estar fortemente relacionada a empresas, a prática pode estar diretamente ligada a uma ação, realizada por pessoas físicas ou jurídicas, que tenha como objetivo principal contribuir para uma sociedade mais justa (Fundação Abrinq, 2020).

Com esse entendimento, a Responsabilidade Social da empresa está atrelada a um compromisso social da pessoa jurídica, ou seja, passa a ser responsável por fatores que visem ajudar à sociedade como um todo, da mesma forma, a pessoa física pode ter esse mesmo entendimento.

Em resumo, ficou evidente a importância da Responsabilidade Social para a sociedade. No entanto, percebeu-se que esse comportamento ainda não é amplamente adotado por algumas

instituições. Os problemas abordados pela Responsabilidade Social não são questões específicas do mundo da "academia", mas sim urgentes, e que tem a ver com a sobrevivência de todos. É urgente difundir a Responsabilidade Social das Ciências.

6 METODOLOGIA

A questão que mobilizou esta investigação foi analisar as políticas na área de Responsabilidade Social para o público da Educação Especial e dos estudantes com necessidades específicas do IFRJ e do IPV.

Este estudo encontra-se no âmbito das pesquisas com abordagens qualitativa e quantitativa, e utiliza a pesquisa participante empregando como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, a análise de acervo documental e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas.

A pesquisa avançou por dois caminhos preliminares, e um terceiro, a partir das análises dos dados. No primeiro caminho, dedicando-se a um levantamento bibliográfico em bases de dados, no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sobre publicações no âmbito da Educação Profissional, da Responsabilidade Social, da Educação Especial, e da Educação Politécnica no IFRJ e no IPV, que servem de base reflexiva para elaboração da pesquisa.

No segundo caminho, foi realizada uma análise documental no período de 2020 a 2024, período posterior a pesquisa realizada no mestrado. A análise do acervo documental teve como finalidade conhecer os documentos de caráter mandatário que regem a Educação Profissional e a Educação Especial no Brasil e em Portugal e suas relações com a investigação, os documentos normativos internos do IFRJ e do IPV, além de solicitação de informações no sistema e-Sic, na plataforma Fala.BR para obtenção de dados atualizados do IFRJ. Cabe lembrar que, a resposta é devolvida pelo Fala.BR no formato de documento, por isso, consideramos neste trabalho, uma análise documental.

Utilizou-se na pesquisa três tipos de análise documental: (a) interno-institucional, analisando os documentos, 1. Do IFRJ[8]: (i) o PDI e o PPI (IFRJ, 2024), o Relatório de Gestão de 2023 (IFRJ, 2023), na ocasião, o último a ser publicado no Portal Institucional, e o PEI 2024-2028 (IFRJ 2024), e a Política de Educação Especial Inclusiva (PEEI) do IFRJ, Resolução ConSup/IFRJ nº 125 (IFRJ, 2023); 2. Do IPV[9]: (i) Relatório-RIS-IPV-2022; (ii) legislações como: leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres e notas técnicas, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006; ratificada em Portugal, 2009); Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (2006); (iii) dados coletados no e-Sic.

[8] Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/institucional/documentos-institucionais-e-norteadores
[9] Disponível em: https://www.ipv.pt/homepage/nee/

E, o terceiro caminho, por meio de entrevistas semiestruturadas com a vice-presidência e a coordenação do NAI-ENEE, do IPV. Conforme podemos verificar no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1: Estrutura organizacional dos aspectos metodológicos

CAMINHOS PERCORRIDOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	MÉTODOS
Primeiro Caminho	Levantamento Bibliográfico	Em bases de dados: teses, dissertações, artigos e livros. Publicações no âmbito da Educação Profissional, da Responsabilidade Social, da Educação Especial, e da Educação Politécnica no IFRJ e no IPV.
Segundo Caminho	Análise Documental de três tipos: (a) interno institucional; (b) legislações; (c) dados do e-Sic	Análise do acervo documental de caráter mandatário que rege a Educação Profissional e a Educação Especial no Brasil e em Portugal. Além de solicitação de informações através do sistema e-Sic, para obtenção de dados atualizados do IFRJ.
Terceiro Caminho	Entrevistas	Entrevistas com dois gestores do IPV.

Fonte: Elaboração própria.

A solicitação de informações por meio do sistema eletrônico *web*, do Poder Executivo Federal, o sistema e-Sic, para obtenção de dados atualizados do IFRJ, se deu através de abertura de processo em julho de 2024, no Fala.BR, Após a autorização dos dirigentes do IPV e a concordância da UFF, a pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa[10] via Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 70572123.7.0000.8160, por envolvimento de seres humanos.

Para o tratamento qualitativo dos dados foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). No entendimento de Bardin (2011), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, com a finalidade de interpretá-los (Minayo, 2010). Na perspectiva de Minayo (2011), com base em Bardin (2011), esse tipo de análise objetiva ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação, buscando alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação.

Na avaliação da autora, a análise tem como objetivo examinar, categorizar e classificar os dados de forma que possibilitem alcançar as respostas para o problema proposto na investigação. Com o intuito de facilitar a operacionalização, esses procedimentos foram desdobrados em três etapas: "pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação" (Bardin, 2011, p.95).

[10] Disponível em: http://cephumanas.sites.uff.br/

7 RESULTADOS

Procurou-se apresentar especificidades do que ocorreu ao longo da pesquisa e do exercício das análises dos dados coletados. As apreensões apresentadas demonstram a análise da prática da Responsabilidade Social adotada nos núcleos de acessibilidade do IFRJ e IPV. Por se tratar de um recorte de uma tese, os resultados serão abreviados.

Neste trabalho, o resultado da análise da arquitetura documental incidiu particularmente sobre os documentos institucionais norteadores e normativos internos do IFRJ e do IPV, verificando, sobretudo, o alinhamento com a legislação e a proposta da Responsabilidade Social de garantir o acesso, a permanência e a conclusão exitosa dos alunos com deficiência e necessidades específicas das Instituições pesquisadas.

Por meio do levantamento bibliográfico, da análise do acervo documental e das entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, encontrou-se alguns marcos históricos e normativos mudaram o rumo da Educação Especial em Portugal, como o Decreto-Lei nº 3/2008, que definiu os apoios especializados para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular.

Em 2018, veio a publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva em Portugal, acompanhado pelo Decreto-Lei nº 55/2018, que coloca Portugal num conjunto de países que possui legislação sobre educação inclusiva. O Decreto-Lei previu, no art. 33, a criação e atualização de um manual de apoio para uma educação inclusiva, dirigido às escolas, aos seus profissionais e aos pais.

A proposta do decreto foi a elaboração de um currículo inclusivo nas escolas de Portugal, que atenda e respeite as necessidades específicas dos estudantes. Sabendo que o currículo e as aprendizagens significativas são a alma de uma escola, o Decreto nº 54/2018 traz com ele orientações para que sejam reconhecidas a diversidade dos estudantes, descobrindo as diversas formas de lidar com suas peculiaridades, ajustando os processos de ensino e tornando as aprendizagens desses estudantes cada vez mais significativa, adequando-as às características e condições individuais de cada um. Dessa forma, o Decreto nº 54/2018 trouxe contribuições significativas à Educação Especial Inclusiva de Portugal.

O PDI tornou-se o documento de maior importância nos IFs, pois nele recai todos os dados da Instituição, como: os objetivos, metas, programas institucionais para qualificação dos servidores, avaliação institucional, planejamento institucional para o ensino, pesquisa e extensão, infraestrutura dos *campi,* o plano de promoção para a inclusão social e diversidade. Sendo esses, os referenciais que permitem identificar e refletir como a Educação Especial têm sido considerados na prática diária dessa Instituição.

Nos documentos do IFRJ analisados, a instituição não traz em sua missão, visão e valores, a inclusão como responsabilidade social. Como visão, o PDI apresenta: *"Ser referência em educação profissional, científica, tecnológica e cultural, de forma humana, inclusiva, diversa e plural, integrando as ações inovadoras de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as demandas da sociedade e a transformação de vida"* (IFRJ, 2024, grifo nosso). Já o Portal do IFRJ, informa como visão institucional: "*Ser uma Instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino*" (IFRJ, 2024, grifo nosso).

No que se refere a visão, o IFRJ é categórico em afirmar que é uma Instituição de referência. Cabe lembrar que, desde 2018 estamos pesquisando sobre como acontece a inclusão nos *campi* do IFRJ, um dos resultados é a falta de infraestrutura, quer de recursos financeiros, materiais e humanos nos NAPNEs (Dias, 2025). Cumpre destacar, dentro do escopo da pesquisa, aqui, desenvolvida que a diversidade e a inclusão são fundamentais para a constituição de um ensino de referência e excelência.

Os valores são princípios, costumes e ideias que norteiam o comportamento, as atitudes e decisões das pessoas no exercício de suas responsabilidades e atribuições. Como valores, o PDI apresenta: "*Ética; Equidade e Justiça Social; Valorização de Pessoas; Diversidade e Inclusão; Excelência e Qualidade; Integração; e Responsabilidade Social, Ambiental e Econômica"* (IFRJ, 2024, grifo nosso). Sobre os valores, verificamos um avanço, por ter sido incluído os termos "Diversidade e a Inclusão" e "Responsabilidade Social", essa, mesmo que vinculada ao organizacional, institucional, ambiental e a sustentabilidade econômica.

O PEI apresenta 15 objetivos estratégicos, e foi elaborado concomitante ao PDI, ambos com vigência 2024-2028. O Plano Estratégico permitiu a construção do mapa estratégico. Nele é apresentado, além da missão, visão e valores, os 15 objetivos estratégicos definidos para o ciclo 2024-2028. Na meta "Processos Internos P2" consta: "Implantar programas, projetos e ações inclusivas com vista à equidade e justiça social", percebemos que consta como meta ações inclusivas, só não sabemos como realizar ações inclusivas, sem uma infraestrutura mínima nos núcleos, sem o Atendimento Educacional Especializado, sem as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), sem os tradutores e intérpretes de libras, sem profissionais qualificados para atuarem junto ao público da Educação Especial, que a cada semestre só vai se avolumando, e o número de estudantes matriculados com necessidades específicas, supera o de estudantes com deficiência, tais fatos foram resultados na pesquisa citada de 2020 (Dias, 2025) e se confirmam aqui.

Outro documento normativo interno analisado foi o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 16 do Conselho Superior do IFRJ em 10 de agosto de 2011 (Brasil, 2011), e o Estatuto (IFRJ, 2009), os dois ultrapassados e, até hoje, sem alterações.

No IFRJ, a Resolução ConSup nº 55 de 17 de dezembro de 2014 (Brasil, 2014) cria o Regulamento do NAPNE (IFRJ, 2014). Um regulamento simplório, que trata das competências, composição, mandato, organização administrativa e do funcionamento, das atribuições e infraestrutura, ainda que de forma anacrônica continua vigente. É importante destacar que no Estatuto (IFRJ, 2009), no Regimento Geral (IFRJ, 2011), no Regulamento do NAPNE (IFRJ, 2014), não é mencionada, em nenhum momento, os termos "público da Educação Especial", "Educação Especial", "Educação Inclusiva" e "Inclusão". Mesmo sendo a Educação Especial uma modalidade de ensino, assim como a Educação Profissional. Outro destaque inusitado é que, no Regulamento do NAPNE, são usadas citações de documentos referentes à Educação Especial, como a PNEEPEI, porém o texto do documento não trata do seu público.

A história se repete nos documentos analisados, em que, na pesquisa de 2020 (Dias; Fernandes; Salgado, 2020), verifica-se o inusitado, pois, os documentos mandatários, de maior importância do IFRJ, ainda não conseguiu definir o público da Educação Especial em sua Instituição. A interação desse compilado de elementos possibilita a constatação que, desde a pesquisa de 2020 (Dias; Fernandes; Salgado, 2020) até hoje, passados quatro anos, os documentos que foram modificados em virtude de serem quadrienais, contaram com avanços em seus textos.

Nos documentos atuais do IFRJ, o termo "público da Educação Especial" foi utilizado uma vez no PDI, e não foi utilizado nos demais documentos. O termo "Educação Especial", foi usado por nove vezes no PDI, duas no PPI, seis no Relatório de Gestão e sete vezes no Plano estratégico. Já o termo "Educação Inclusiva", foi aplicado treze vezes no PDI, sete no PPI, duas no Relatório e 1 no Plano. A expressão "Atendimento Educacional Especializado", foi empregada uma vez no PDI, uma no PPI e duas no Relatório. Já "Sala de Recursos Multifuncionais" é citada uma vez no PDI e no Relatório. Dessa forma, verificamos, mesmo que a passos muito lentos, a situação vem se modificando.

Outro documento analisado foi a Política de Educação Especial Inclusiva do IFRJ. Nos IFs, é de extrema importância para a consolidação dos processos inclusivos, uma política institucional onde se planeje o acesso, desde as condições para a participação no processo seletivo, com tradução do edital em Libras e em braile, a presença de TILs e mediadores nas provas, almejando a permanência e a conclusão exitosa de curso na Instituição.

Contribuindo para ampliar as discussões acerca da criação da Política de Educação Especial Inclusiva do (IFRJ, 2023), podemos afirmar que se trata de uma das principais aspirações, nos últimos anos, dos NAPNEs, tendo sido aprovada em junho de 2023. Além da criação da política propriamente dita, um dos maiores avanços materializados na prática foi a ampliação do público-alvo da EE, no que diz respeito aos alunos com "necessidades específicas", que ficam de fora da conceituação do público-alvo da EE, que temos nos documentos legais de âmbito nacional.

Acredita-se que se uma política de inclusão contemplar esses pontos, ela cumpre seu papel como propulsora de ações e práticas inclusivas, levando a Instituição a tão almejada cultura de inclusão, assim os estudantes terão seus direitos garantidos como é apregoado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que ressalta a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades. Nesse sentido, a declaração enfatiza a importância da igualdade de oportunidades, a autonomia individual e a plena participação na sociedade.

As informações coletadas no e-Sic e nas entrevistas, no que diz respeito a análise das estruturas dos NAPNEs e NAI-ENEE, suas potencialidades e limitações nos atendimentos e a responsabilidade social com os estudantes com necessidades específicas, apontam que o núcleo de acessibilidade do IPV, realiza intervenções no trabalho pedagógico, envolvendo toda a instituição: cursos, coordenações, estudantes, famílias e docentes. Essas ações visam promover uma educação mais inclusiva e integrada, com a participação ativa de todos os envolvidos no processo (Dias, 2025).

Já os núcleos de acessibilidade do IFRJ, têm impactado positivamente o processo ensino-aprendizagem, dos estudantes com deficiência e necessidades específicas, buscando soluções para os mais variados problemas diários, mesmo com as limitações de infraestrutura. Os NAPNEs são, até o momento, a única iniciativa voltada ao público da EE nos *campi*, contribuindo para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência desses estudantes, promovendo uma educação inclusiva, embora de forma ainda limitada.

Na área de Responsabilidade Social, a pesquisa revelou o protagonismo dos núcleos de acessibilidade que desempenham o papel de operacionalizar as ações de ensino tanto para os alunos em geral quanto para os da Educação Especial. A Responsabilidade Social está intimamente ligada ao cumprimento dos direitos humanos, especialmente no contexto da Educação Especial e, mesmo com os avanços, a prática inclusiva ainda enfrenta desafios, incluindo a naturalização da violação dos direitos humanos dessas pessoas.

Já quanto às estruturas dos núcleos de acessibilidade, tanto no IFRJ e no IPV, a situação aponta para a necessidade urgente de investimentos que transformem esses núcleos em espaços adequados e fundamentais dentro da instituição, garantindo que se tornem centros de excelência e referência também na inclusão dos estudantes.

No Núcleo de Acessibilidade, o NAI-ENEE, desenvolve projetos em inclusão, como mentoria, integração e inclusão prática, apoio a atletas com deficiência. Esses projetos visam promover o pleno desenvolvimento dos estudantes, oferecendo suporte individualizado e oportunidades de integração social e acadêmica.

Essas ações do IPV buscam não só a inclusão no ambiente acadêmico, mas também a criação de condições para que os estudantes se desenvolvam de forma integral, tanto no aspecto educacional quanto social. Outro foco importante do IPV é o desenvolvimento da cultura de inclusão. Para isso,

uma das atividades desenvolvidas pelo seu Núcleo é a realização de atividades de reflexão e sensibilização com os estudantes, promovendo discussões sobre inclusão e conscientização.

O trabalho confirmou, por meio das narrativas dos participantes, que os gestores do IPV destacaram a inclusão como uma Responsabilidade Social e enfatizaram a importância da consolidação de uma cultura inclusiva por meio de ações e projetos. O trabalho do NAI-ENEE e do GAPI se destaca por antecipar as necessidades dos estudantes, oferecendo orientação e aconselhamento tanto para os coordenadores quanto para os docentes, além de apoiar no desenvolvimento de competências essenciais. As iniciativas pedagógicas, focadas na empregabilidade e autonomia dos alunos, são fundamentais para o sucesso acadêmico dos estudantes, assim como a ampliação de ações de sensibilização, especialmente entre os alunos do primeiro ano. O apoio contínuo aos estudantes é considerado crucial para garantir sua permanência e êxito ao longo da trajetória acadêmica. Essas ações refletem um compromisso institucional com a inclusão e a equidade, promovendo um ambiente mais acessível e favorável ao desenvolvimento pleno de todos os alunos.

A atuação do NAI-ENEE, nesse contexto, é vista como um exemplo claro dessa responsabilidade social. Quando a gestão e o núcleo de acessibilidade estão “ancorados no mesmo terreno”, isso significa que existe uma integração entre a política institucional e as práticas inclusivas da Instituição. Esse alinhamento é essencial para a efetividade das ações de inclusão, pois as estratégias e decisões tomadas pela gestão da instituição têm respaldo nas necessidades reais dos estudantes, enquanto o NAI-ENEE atua como uma ponte, garantindo que as políticas se traduzem em ações concretas.

8 CONCLUSÃO

Considerando a arquitetura e a convergência dos documentos analisados e o tema da pesquisa, procurou-se apreender como esses documentos direcionam as discussões a respeito da Responsabilidade Social em seus núcleos de acessibilidade e para com o público da Educação Especial, que a cada dia mostra um crescimento acelerado no número de matrículas com delineamentos e dimensões consideráveis em termos de atendimento nos núcleos de acessibilidade do IFRJ.

Pode-se identificar com clareza o trabalho desenvolvido no âmbito das práticas do dos núcleos de acessibilidade NAI-ENEE no IPV e do NAPNE no IFRJ, destacando seus esforços em promover a inclusão. No IPV, a colaboração estreita entre gestão e NAI-ENEE é crucial para garantir que as ações inclusivas se mantenham eficazes e sustentáveis, contribuindo para o sucesso do modelo de educação inclusiva.

Nas narrativas dos gestores, fica claro que a gestão do IPV se compromete a respeitar a diversidade e a promover a equidade social. Ao adotar uma postura inclusiva e de valorização das diferenças, a instituição contribui diretamente para diminuir as desigualdades sociais, criando

oportunidades para todos os estudantes. Esse compromisso com a diversidade promove uma qualidade de vida para os estudantes ao proporcionar um ambiente educacional mais acessível e justo.

Entende-se que ainda há uma longa caminhada a ser percorrida para que a inclusão no IFRJ esteja completamente alinhada aos documentos normativos legais existentes e aos normativos internos, criados e descumpridos pelo IFRJ. A realidade atual, exige um compromisso real da instituição, que precisa reconhecer a inclusão como uma Responsabilidade Social genuína.

Apesar dos desafios, é imprescindível que a instituição comece a implementar as mudanças necessárias, a fim de transformar a política de inclusão, ainda no papel, em ações concretas que impactem positivamente a vida dos estudantes e de toda a comunidade acadêmica. Esperamos que a problematização levantada por esta pesquisa contribua para a propagação da cultura de inclusão e dos direitos humanos, gerando um diálogo contínuo e produtivo para promover a inclusão como Responsabilidade Social do IFRJ.

Conclui-se que este trabalho pode ser uma importante ferramenta para o avanço de políticas e práticas inclusivas dentro dos IFs instituições de ensino, destacando o papel dos núcleos de acessibilidade como pilares essenciais para uma educação verdadeiramente acessível e igualitária.

Ao destacar as interconexões entre a Educação Especial e a Responsabilidade Social, o trabalho oferece uma reflexão profunda sobre a importância da inclusão no contexto educacional. O foco nos Núcleos de Acessibilidade mostra que essas estruturas não devem ser vistas apenas como unidades de apoio, mas como elementos centrais para a transformação do ambiente educacional, promovendo um espaço de equidade, acolhimento e oportunidades iguais para todos os alunos, especialmente os com deficiência e necessidades específicas.

É imprescindível que a sociedade e as instituições educacionais reconheçam o papel desses núcleos como protagonistas na construção de um ambiente mais inclusivo, onde todos os estudantes tenham as mesmas chances de desenvolvimento e sucesso acadêmico. Com o avanço das práticas de acessibilidade e inclusão, torna-se possível fortalecer a cultura inclusiva dentro do ambiente educacional, não apenas como uma questão de conformidade com legislações e normativas, mas como um compromisso real e contínuo com a Responsabilidade Social das instituições de ensino.

Esses pontos servem como diretrizes para promover a inclusão real e significativa, que vá além de uma simples adequação legal e que incorpore a Responsabilidade Social de forma efetiva, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam ter um percurso educacional bem-sucedido e igualitário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. *Ética, valores humanos e responsabilidade social das empresas*. Cascais: Princípia Editora, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Conferência de Jomtien, Tailândia, 1990. Brasília, DF: MEC, 1990. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/42449745/declaracao-de-jomtien. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação Especial*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/1412. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

DIAS, Kátia; FERNANDES, Edicléa; SALGADO, Patricia. *Um suporte de acessibilidade: guia orientador na educação profissional tecnológica do IFRJ*. Rio de Janeiro: Hypatia, 2020.

DIAS, Kátia Arruda. *O ensino politécnico no Brasil e em Portugal:* uma análise sobre a responsabilidade social com a educação especial no IFRJ e no IPV. 2025. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

DIAS, Kátia Arruda. *Um suporte de acessibilidade:* um guia orientador na educação profissional tecnológica do IFRJ. 2020. 415 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

Dias, K. A., Lacerda, T. C., Salgado, P. T. A., & Correia, V. do C. (2024). A política de educação especial inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro: uma análise na perspectiva dos direitos humanos. Caderno Pedagógico, 21(8), e6606. https://doi.org/10.54033/cadpedv21n8-091 https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/6606

FÉLIX, L. F. F. O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. In: RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo; Petrópolis: Instituto Ethos, 2003. v. 2, p. 13-42.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Tudo o que você precisa saber sobre responsabilidade social*. 2020. Disponível em: https://fadc.org.br/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-responsabilidade-social. Acesso em: 24 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). *Plano pedagógico institucional do IFRJ – PPI 2024-2028*. 2024. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/pdi/ppi. Acesso em: 1 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). *Relatório de gestão do IFRJ*. 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/resolucao_n_166-2024_anexo.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). *Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no IFRJ*. 2014. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/regulamento_do_napne_aprovado_pelo_consup_1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). Resolução CONSUP/IFRJ nº 125, de 5 de junho de 2023. Aprova a Política de Educação Especial Inclusiva no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o/ConSup/resolucao_no_125-2023_-_aprova_a_politica_de_educacao_inclusiva.docx_anexo.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

LEAL, A.; CAETANO, J.; BRANDÃO, N.; DUARTE, S.; GOUVEIA, T. *Responsabilidade social empresarial em Portugal*. Lisboa: Deplano Network, 2011.
LIMA, M. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo; Petrópolis: Instituto Ethos, 2002. p. 103–142.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

ORSIES. *Livro verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior*. 2018. Disponível em: http://orsies.forum.pt/. Acesso em: 2018.

ORSIES. *Práticas inspiradoras de responsabilidade social*. 2022. Disponível em: https://www.orsies.forum.pt/images/PDF/PIRS_2022.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

ORSIES. *Relatório global indicadores de responsabilidade social das instituições de ensino superior*. 2021. Disponível em: https://www.orsies.forum.pt/images/PDF/IRSIES%20-%20Relato%CC%81rio%20Global_VFinal.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

ORSIES. *Responsabilidade e inovação social*. 2023. Disponível em:

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.